

BARCARENA
PREFEITURA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Barcarena-PA, 19 de abril de 2020

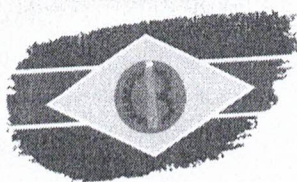
PARECER JURÍDICO DO 1º TERMO ADITIVO CONTRATUAL Nº 20210063

Referência:	Processo de PREGÃO ELETRÔNICO nº 9-058/2020;
Contratante:	Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desenvolvimento Social;
Contratado:	PUERTO RICO GRÁFICA E EVENTOS LTDA. EPP;
Objeto:	Contratação de empresa especializada em serviços gráficos para impressão de material pedagógico para alunos da rede municipal de ensino do município.

Por força do disposto no art. 38, parágrafo único, da lei n.º 8.666/93, foi remetido a esta Assessoria Jurídica, para análise e emissão de parecer em procedimento licitatório, o processo de PREGÃO ELETRÔNICO nº 9-058/2020, instruído com os devidos documentos e informações necessárias, com o intuito de **ADITAR O CONTRATO Nº 20210063**, oriundo deste processo, conforme abaixo:

Visando a continuidade dos serviços da Administração Pública, tem a mesma o interesse em aditar o contrato **Nº 20210063**, oriundo do processo de PREGÃO ELETRÔNICO nº 9-058/2020, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em serviços gráficos para impressão de material pedagógico para alunos da rede municipal de ensino do município, que entre si celebram a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desenvolvimento Social – PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA/PA, com empresa PUERTO RICO GRÁFICA E EVENTOS LTDA. EPP, inscrita no CNPJ nº 24.281.647/0001-05.

Conforme disposto em minuta, intenciona-se aditar o contrato em epígrafe com vista a **retificar a descrição do item 02 de sua planilha de preços, que foi digitada de forma equivocada**, em absoluta dissonância com o termo de referência do edital do processo licitatório e com a proposta da empresa contratada.



BARCARENA
PREFEITURA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Frisa-se que o Tribunal de Contas do Estado do Ceará publicou revista, na qual se realizou um estudo sobre vícios nos aditamentos aos contratos administrativos, fazendo-se as seguintes considerações:

Toda e qualquer modificação contratual deve dar-se mediante a celebração de termo aditivo, seja ela unilateral ou consensual. Esse instrumento deverá ser utilizado, ainda, em casos como: alteração de nome ou denominação empresarial da contratada, alteração do endereço da contratada, **retificação de cláusula contratual** e retificação de dados (CNPJ, p. ex.) da empresa contratada (**quando, por equívoco, ocorrer falha no registro desses dados**). (CHAVES, E. DOS S. Alteração de contratos administrativos: estudo sobre vícios nos aditamentos aos contratos administrativos. **Revista Controle - Doutrina e Artigos**, v. 11, n. 1, p. 211-233, 30 jun. 2013. Grifei).

Por este motivo, no caso em apreço, é absolutamente possível a retificação da descrição do item 02 da planilha de preços do contrato, posto que ocorreu apenas um equívoco na sua digitação, que por conseguinte, afeta a sua regularidade, não podendo permanecer.

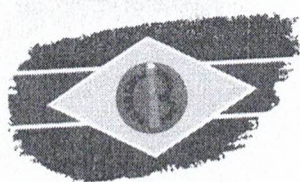
Inclusive, é de extremo interesse público que as contratações perpetrada pela administração sejam efetivadas com a extrema observância do que fora delineado no edital da licitação e negociado durante o certame, posto que é o instrumento que garante, entre outros, a legalidade, a isonomia e a transparência nos gastos dos recursos públicos. Neste sentido, o art. 54, §1º da Lei 8.666/93:

Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º Os contratos devem estabelecer com clareza e **precisão** as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, **obrigações** e responsabilidades das partes, **em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam** (grifei).

Por isso, os contratos devem retratar fielmente as disposições exaradas no edital e o que se sucedeu com as negociações realizadas durante a licitação, com a consecução da melhor proposta, em tudo observado os ditames da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e Decreto nº 10.024/2019.

A minuta do termo aditivo sob análise ainda demonstra a intenção da administração pública em **prorrogar a vigência do contrato por mais 01 (um) mês, contado a**



BARCARENA
PREFEITURA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

partir do dia 22 de abril de 2021 até o dia 22 de maio de 2021, nos termos do artigo 57, inc. II da Lei 8.666/93.

Consoante se infere do ofício nº 416/2021-GAB/SEMED, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desenvolvimento Social ao Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Barcarena/PA, faz-se necessária a referida prorrogação no contrato em apreço, em virtude de atualmente dizer respeito à serviço de caráter contínuo e essencial para o regular desempenho das atividades obrigacionais da administração pública, sobretudo porque as aulas na rede municipal de ensino estão suspensas por causa da COVID-19, sendo imprescindível dar subsídio aos alunos para que continuem estudando de forma adequada.

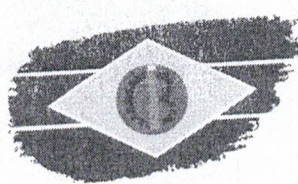
Registra-se que a caracterização de um serviço como contínuo requer a demonstração de sua essencialidade e habitualidade para o contratante. A essencialidade diz respeito à necessidade de existência e manutenção do contrato, pelo fato de eventual paralisação da atividade contratada implicar em prejuízo ao exercício das atividades da Administração contratante. Já a habitualidade é configurada pela necessidade de a atividade ser prestada mediante contratação de terceiros de modo permanente.

Neste sentido, trazemos à lume o seguinte acórdão, proferido pelo Tribunal de Contas da União:

28. Sem pretender reabrir a discussão das conclusões obtidas naqueles casos concretos, **chamo a atenção para o fato de que a natureza contínua de um serviço não pode ser definida de forma genérica. Deve-se, isso sim, atentar para as peculiaridades de cada situação examinada.**

29. Na realidade, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua **essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.** (TCU. Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara. Relator: Ministro Aroldo Cedraz. Data do julgamento: 12/02/2008.)

Deste modo, apesar de não existir um rol taxativo de atividades consideradas como contínuas, é indispensável que, no contexto fático de cada contratação, seja apontado, para deferimento de aditivo, o preenchimento da essencialidade e



BARCARENA
PREFEITURA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

habitualidade dos serviços, o que foi devidamente efetivado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desenvolvimento Social, através do ofício supramencionado.

Feitas estas considerações, vemos o perfeito enquadramento da situação em apreço nas disposições do art. 57, inc. II da Lei 8.666/93, que assim disserta:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

[...]

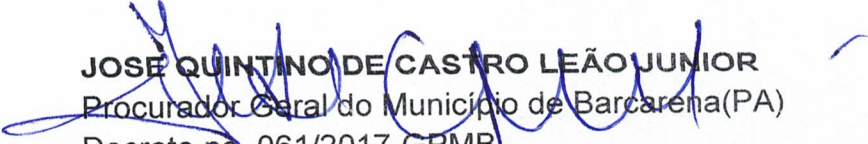
II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

Assim, não há qualquer impedimento na manutenção do contrato nº **20210063**, com a retificação do descritivo do item 02 da sua planilha de preços e a prorrogação do seu prazo de vigência, devendo, no entanto, permanecer inalteradas e em pleno vigor todas as cláusulas e condições já estabelecidas na avença inicial.

Por esta razão, conclui-se que foram observados todos os pressupostos exarados na lei 8.666/93 e demais legislações correlatas, norteadoras das licitações públicas e contratos administrativos, entendendo-se, portanto, que estão satisfeitas todas as exigências legais, estando justificado o presente termo aditivo contratual.

Diante do exposto, opino favoravelmente pela celebração do 1º TERMO ADITIVO CONTRATUAL - contrato nº. 20210063, oriundo do processo de PREGÃO ELETRÔNICO nº 9-058/2020, atendendo ao solicitado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desenvolvimento Social.

É o parecer. s.m.j.


JOSE QUINTINO DE CASTRO LEÃO JUNIOR
Procurador Geral do Município de Barcarena(PA)
Decreto nº. 061/2017-GPMB